

Composicionalidade, assimetrias e dualidade de funções

Vítor Moura

(Universidade do Minho)

Uma das formas clássicas através das quais os filósofos têm procurado lidar com o problema da unidade proposicional tem sido a de considerar a dualidade de funções atribuídas ao predicado. O predicado refere ou introduz o conceito na proposição e é também responsável pela conexão predicativa. Esta dualidade funcional é normalmente explicada no contexto das diferentes funções desempenhadas pelo sujeito e pelo predicado. E explicar a diferença no seu desempenho proposicional significa habitualmente procurar alguma espécie de assimetria entre os termos de modo a explicar a sua mútua dependência. De certo modo, o sentido é uma combinação de duas deficiências relativas, se considerarmos isoladamente o sujeito e o predicado. Eles devem funcionar como complemento um do outro e o cumprimento desta complementaridade chama-se “proposição”. Quer porque funcionam diversamente quer porque a sua assimetria proposicional corresponde a uma assimetria ontológica ou categorial naquilo que eles supostamente denotam (particulares ou universais), tem sido assumido que uma explicação cuidada da distinção entre sujeito e predicado constitui um passo importante na direcção da análise da proposição como totalidade.

Neste contexto, irei considerar e comparar duas explicações importantes para a unidade proposicional bem como três tipos de assimetrias por elas consideradas, as quais sustentam a diferença de funções entre sujeito e predicado. A primeira teoria provém do trabalho de Strawson e privilegia dois tipos de assimetrias: (a) a negação

como possibilidade para o predicado mas não para o sujeito; (b) a existência de predicados compostos e a sua impossibilidade ao nível do sujeito. A segunda teoria é a chamada teoria da dependência de nexos, a qual se baseia numa assimetria de ordem pragmática. Strawson persegue uma espécie de perspectiva Russelliana sobre o assunto ao propor que a distinção entre sujeito e predicado seja um resultado das diferenças ontológicas entre particulares e universais. A teoria da dependência de nexos relaciona-se com as diferentes explicações causais para a ocorrência do sujeito e do predicado na frase¹.

1. Termos negados e compostos

Segundo Strawson, a dualidade entre sujeito e predicado e o modo como estes se complementam entre si deve reflectir “algumas das características fundamentais do nosso pensamento sobre o mundo”², o qual inclui a “dualidade primitiva” entre particulares espaço-temporais e conceitos universais. De modo a explicar a concatenação de sujeito e predicado enquanto diferentes papéis proposicionais, deveríamos, portanto, observar a natureza da relação entre particulares e universais. Assume-se, então, que a assimetria entre os elementos deste segundo par pode ajudar a explicar a necessidade da sua mútua imbricação. O que os particulares não puderem fazer tem de ser providenciado pelos universais, e vice-versa. Strawson também espera que estas assimetrias possam ajudar a localizar qual das expressões é a responsável pelo nexos proposicional e, no limite, ajudar a clarificar a natureza da unidade proposicional.

Na apresentação das assimetrias, começamos por comparar os diferentes modos de posição e combinação dos objectos particulares no espaço físico e as diferentes posições e combinações dos universais naquilo que ele apelida de “espaço lógico”.

Antes de tudo, devemos reconhecer a noção de “exclusividade mútua no interior de uma gama” (Strawson, 1974: 18) quando falamos de universais, a qual constitui uma diferença essencial em relação ao comportamento dos particulares. Estes exemplificam e são capazes de partilhar entre si inúmeros conceitos gerais. O único limite lógico está no seu respectivo *hic et nunc*, i.e., no facto de nenhum particular poder partilhar o mesmo segmento de espaço e tempo com um seu congénere. Tal como os particulares no espaço físico, os conceitos também ocupam uma *posição* no espaço lógico, não podendo partilhá-la com nenhum outro conceito congénere. Contudo, para além disso, os conceitos também se encontram distribuídos ao longo de uma hierarquia de “gamas” conceptuais. A gama “mamífero” é uma subdivisão da gama superior dos “animais” e encontra-se, por sua vez, subdividida, em outras gamas inferiores, “felinos”, “símios”, etc.

Se a um particular é dado partilhar com outros um mesmo conceito ou conceitos (e.g., o “gato preto” e a “caixa preta”, etc.) dentro de uma mesma gama conceptual, nenhum conceito poderá partilhar particulares com outros conceitos dentro da sua gama, i.e., os conceitos que ocupam as outras *posições* dentro do conceito mais vasto. Pelo menos dois particulares podem exemplificar simultaneamente o conceito “espécie-animal-felino” mas nenhum par de conceitos dentro da mesma gama conceptual “mamíferos” – e.g., “espécie-animal-felina” e “espécie-animal-símia” – poderá ser exemplificado simultaneamente por dois particulares. Consequentemente, se um particular exemplifica “espécie-animal-felina” segue-se que existem outros membros da gama conceptual “mamíferos” que esse particular está logicamente proibido de exemplificar. Contudo, do facto de um universal ser exemplificado por um particular não se segue que existam outros particulares que se encontram logicamente proibidos de

o exemplificar. Os conceitos *competem* por particulares mas os particulares não *competem* por conceitos.

Portanto, para todos os conceitos existe sempre um outro que “cobre a totalidade do espaço lógico deixado desocupado pelo conceito de que é o complemento” (Strawson, 1974: 24). Por exemplo, dentro da gama conceptual “mamífero” o conceito-membro “animal com pêlos” é complementado pelo conceito “animal sem pêlos”. Nenhum particular possui um complemento deste tipo.

Existe ainda uma segunda divergência a ser considerada. Em relação aos particulares, um conceito geral pode *impedir* um outro de ocupar a sua *posição* na gama conceptual. Mas pode também implicar um outro conceito ao tornar-se sua condição necessária ou suficiente. Os particulares encontram-se envolvidos em relações de parte e totalidade. O braço de um corpo inclui o antebraço. O mesmo ocorre no espaço lógico. A região lógica ocupada pelo conceito “mamífero” inclui a sub-região da “espécie-animal-felina”. Contudo, a semelhança queda-se por aqui. O facto de um particular exemplificar o conceito de ser um tigre constitui uma condição suficiente para também exemplificar o conceito de ser um mamífero, embora a contrária não seja, obviamente, verdadeira. E o facto de exemplificar o conceito de ser um mamífero constitui uma condição necessária para também exemplificar o conceito de ser um tigre. Resumindo: do facto de as regiões conceptuais se incluírem noutras e incluírem outras, segue-se que *a exemplificação de um conceito geral é uma condição suficiente para a exemplificação de todos os conceitos de nível superior dentro do mesmo eixo conceptual* (e.g., “felino” – “mamífero” – “animal” – “ser vivo”, etc.), *embora a contrária não seja verdadeira, e uma condição necessária para todos os conceitos de nível inferior dentro do mesmo eixo*. No entanto, se considerarmos o que se passa no caso dos particulares, verificamos que o facto de um particular instanciar o conceito de ser um tigre *não pode* constituir

condição suficiente, nem sequer necessária, para que um outro particular também o faça.

As assimetrias reveladas pela metáfora do “espaço lógico” irão ajudar a explicar por que a *negatibilidade* e a *componibilidade*³ apenas poderão ser atribuídas ao predicado, dado que o sujeito especifica o particular e o predicado especifica o conceito geral. Devido ao facto de os conceitos gerais possuírem conceitos complementares ao passo que os particulares não os têm, negar um conceito é obter o seu *anti-conceito*, “e não existe espaço lógico para um terceiro conceito incompatível com ambos” (Strawson, 1974: 24). Fazemos isto linguisticamente ao “afixar um signo de negação à expressão que especifica o conceito original” (Strawson, 1974: 24). A expressão complexa que daí resulta (e.g., “não-branco”) subsiste como termo proposicional, nomeadamente, como “predicado negativo”. Contudo, não existem, obviamente, “sujeitos negativos”. Porque os sujeitos portam consigo a função de especificar o particular, e porque os particulares não competem com outros particulares da forma como o fazem os conceitos, ao negar um sujeito não estamos a produzir nenhum tipo de termo ou entidade proposicional. Porque não existe um “anti-João” de que “João” seria o termo contraditório, negar João constituiria o absurdo de produzir uma não-entidade (o que, em si, é já um oximoro, algo que existe porque não existe) apenas porque o universal de “ser uma entidade” é já um atributo de João.

A segunda assimetria explica por que temos predicados conjuntivos e disjuntivos mas não sujeitos conjuntivos e disjuntivos. De facto, poderíamos ser tentados a falar de “sujeitos compostos” tal como falamos de “predicados compostos”⁴. Poderíamos considerar a ideia de um composto envolvendo dois particulares tais como “Tom e Jerry”. Tal como um predicado composto do género de “mamífero e felino”, o sujeito-composto determinaria uma “classe de caracteres tais que cada um dos dois

indivíduos particulares, *independentemente do* outro, poderia ser consistentemente assignado a qualquer um dos caracteres dessa classe⁵. No caso de “Tom e Jerry” poderíamos ser tentados a dar um segundo passo e a definir o “carácter conjuntivo” de todos os caracteres (i.e., termos gerais) assignados a essa classe. Isto significaria que *qualquer* atributo de Jerry seria também um atributo de Tom, tal como qualquer particular que participe de ser “mamífero e felino” tem de ser, a um tempo, mamífero e felino. Mas isto não é válido para todos os conceitos atribuíveis quer a Tom quer a Jerry quer a ambos. Isto apenas poderia ser verdade se os particulares pudessem manter relações de incompatibilidade e envolvimento com outros particulares *vis-à-vis* conceitos em geral, o que, como vimos, é impossível. A admissão de sujeitos compostos iria conduzir eventualmente ao absurdo segundo o qual, de modo a tornar o composto “Tom e Jerry” um sujeito conjuntivo real e elegível como tal para exemplificar conceitos, “Tom” teria de estar na mesma posição espaço-temporal que “Jerry”, pois tal constituiria uma condição necessária para determinar que os atributos assignados ao par seriam assignados independentemente a cada uma das entidades.

2. A dualidade de funções dos predicados

Regressamos agora à questão de saber a qual dos dois termos proposicionais deveremos atribuir a função de indicar a combinação proposicional. O argumento fundamental de Strawson é baseado no facto de podermos negar universais mas não particulares. Transpondo para termos proposicionais, isto significa que apenas é possível a negação de predicados. Quando queremos formar a contraditória formal de uma proposição dizemos, por exemplo, ou que “não é o caso que o gato seja branco ” ou, mais comumente, que “o gato não é branco”. Negar o predicado é igual a negar toda a proposição porque o predicado é o único termo que pode absorver a negação. Se

seguirmos o isomorfismo de Strawson entre a construção proposicional e a relação dos particulares em relação aos universais, compreendemos porque negar o predicado também significa negar ao particular – a que se refere o sujeito – um *lugar* sob o universal – a que se refere o predicado. Isto significa, por exemplo, que “gato” não cai sob a alçada da posição lógica de “ser branco” mas que é, antes, colocado sob a posição que complementa “ser branco”, i.e., “ser não-branco”. Uma vez que não possuímos sujeitos negativos, a negação torna-se um atributo assimétrico do predicado. É significativo, a este respeito, que ao agir sobre o predicado, negando-o, também estamos a lidar com o sujeito, atribuindo-lhe uma posição *vis-à-vis* o espaço lógico. A negação do predicado estende-se a toda a proposição. É, por assim, dizer, a *vantagem categorial* dos universais quando comparados com os particulares – i.e., o facto de que possuem gamas de incompatibilidade e de envolvimento (cf. Strawson, 1974: p.23) – que, no limite, acaba por explicar a absorção da negação pelo predicado.

Deve ser realçado que a combinação proposicional é basicamente uma forma de mostrar como a combinação de um particular com um universal produz verdade sob um conjunto de condições e falsidade sob outro. Em termos Fregeanos, é através das proposições que nos referimos à verdade ou à falsidade. O facto de sermos capazes, através da negação, de inverter (Strawson, 1974: p.31) a relação entre os valores de verdade e as condições de verdade explica muita da importância da negação ao nível da combinação proposicional. De novo em termos Fregeanos, a negação é a melhor maneira de mudarmos o referente da nossa proposição, da verdade para a falsidade, ou vice-versa. O argumento de Strawson resume-se então ao seguinte: (a) é porque existe uma “afinidade natural” entre negação e combinação proposicional (cf. Strawson, 1974: p.31), e (b) porque a negação joga com o predicado mas não com o sujeito que (c) o predicado pode absorver a função de combinação.

As assimetrias de Strawson podem ser desenvolvidas ainda mais. Poderíamos, por exemplo, analisar o modo como o facto de universais complementares *esgotarem* o espaço lógico sob um conceito de gama superior pode ser comparado ao modo como “sujeitos” e “predicados” se comportam entre si no interior da proposição. Para continuar esta hipótese de trabalho, apenas possuímos a *sugestão* lançada (provavelmente sem querer) por Strawson relativamente a uma analogia entre ambas as esferas quando escreve (e por mais do que uma vez) que expressões designando particulares e termos gerais se “complementam” entre si numa combinação proposicional⁶. Ora, como vimos, a complementaridade é uma característica do comportamento dos universais no espaço lógico. Não poderíamos então desenvolver a analogia entre estes dois usos de “complemento” de modo a prosseguir na demanda pela explicação da unidade da proposição?

A mais proeminente característica dos universais quando comparados com os particulares parece ser a da mútua implicação entre conceitos. Os particulares *subsistem* autonomamente ao passo que os universais não podem ser pensados sem os seus complementos. Esta implicação mútua dos universais encontra-se emulada na moldura proposicional. Strawson refere-se ao modo como o predicado contém em si a “maquinaria” que executa a função combinatória. Para começar a funcionar, ele apenas aguarda uma expressão justaposta – o sujeito – com a qual se combinar⁷. Kant parece ecoar aqui: o sujeito é cego sem o predicado e o predicado está vazio sem o sujeito. O facto de não podermos referir-nos à verdade ou à falsidade sem a justaposição de um sujeito e de um predicado é semelhante ao modo como não podemos pensar um conceito sem assumir o seu complemento.

A complementaridade também está ligada à incompatibilidade. Na acepção de Strawson, tornamo-nos conscientes da existência de relações de incompatibilidade entre

conceitos quando verificamos como um conceito e o seu complemento *esgotam* o espaço lógico sob um conceito superior (e.g., como “branco” e “não-branco” esgotam o espaço lógico sob “cores”) E verificamos isto quando mapeamos tais conceitos sobre o universo dos particulares: nenhum particular pode ser afirmado como “branco” e “não-branco” simultaneamente. Uma incompatibilidade semelhante pode ser encontrada na relação entre sujeito e predicado no interior do espaço proposicional, nomeadamente, se nos recordarmos da teoria de Frege da dualidade de natureza entre sujeitos (argumentos) e predicados (funções). Segundo este autor, é impossível tratar o predicado ou elemento não-saturado de uma frase como sujeito saturado sem transformar a própria natureza do conceito que estamos a tentar denotar, i.e., “convertendo-o num objecto”⁸. Assim sendo, é impossível falar de funções e conceitos porque eles não conseguem funcionar como sujeitos lógicos, dada a sua natureza insaturada. De “Bucéfalo é um cavalo” não podemos, estritamente falando, afirmar “Cavalo é um conceito” porque estaremos, nesse passo, a destruir o papel do conceito *qua* conceito a que estamos a tentar referir-nos. Nesta segunda frase, “cavalo” sempre nomeará um objecto “apesar de a minha intenção ser a de nomear um conceito”⁹. Isto é, nenhum termo pode preencher simultaneamente o papel de sujeito e o de predicado. De certa forma, a proposição poderia ser comparada àquele conceito de gama superior sob o qual os sub-conceitos se envolvem em relações de incompatibilidade e de envolvimento.

Tal como os conceitos competem por particulares, assim também sujeito e predicado, enquanto funções proposicionais, competem pelos termos que sob eles caem.

Este é um modo de desenvolver a analogia entre “complementaridade” e “incompatibilidade” entre universais e a “complementaridade” e “incompatibilidade” entre sujeito e predicado. Se tiver sucesso, será que é capaz de se constituir como outro modo de suportar a dualidade de funções do predicado? Em sua defesa, registre-se que,

enquanto expressão que refere o conceito, o predicado contém um elemento que participa dos mesmos atributos que são essenciais para o funcionamento das proposições, nomeadamente complementaridade e incompatibilidade.

Outra possibilidade de desenvolver o argumento de Strawson consiste no recurso à assimetria relativa à composição (*componibilidade*). Quando articulamos um predicado composto, tal como “peludo e negro”, estamos a referir-nos a um conceito composto. Se for projectado sobre o universo dos particulares, tal conceito delineará uma gama de particulares que o exemplificam. Tal como vimos, nada de semelhante existe no caso dos particulares. Ora, uma proposição é também uma “combinação” e quando afirmamos “Tom é peludo e negro” e projectamos esta proposição sobre o universo de estados de coisas, também estamos a delinear uma gama específica de elementos que deverão ser considerados como condições de verdade da proposição. Qualquer particular subsumível por “negro e peludo” tem de ser negro e peludo. Qualquer estado de coisas subsumível por “Tom é peludo e negro” também terá de ser uma combinação de ser Tom, peludo e negro. Tanto os universais compostos como as proposições” funcionam como *filtros* quando projectados sobre o domínio dos particulares ou estados de coisas, seleccionando uma gama de itens que ora exemplificam o conceito ora funcionam como condições de verdade da proposição. A analogia entre as condições de verdade de uma proposição e os particulares que exemplificam um dado objecto composto, pode ser também apresentada como uma forma de reforçar a dualidade de funções do predicado segundo a teoria Strawsoniana das assimetrias, uma vez que nenhuma combinação de sujeitos é possível.

3. Um problema envolvendo o argumento de Strawson

Um eventual problema com a teoria de Strawson deriva da sua escolha de uma espécie semântica de explicação para a unidade proposicional. A complementaridade entre universais, e portanto a explicação das relações de incompatibilidade e envolvimento requer a consideração de um “espaço lógico” distinto e introduz, em particular, a noção de uma gama lógica superior que é subdividida em distintos *slots* ocupados e disputados pela gama imediatamente inferior de universais. A teoria de Strawson depende desta assumpção de modo a caracterizar a especificidade do espaço lógico *vis-à-vis* a esfera dos particulares e, assim, a *vantagem* categorial dos universais – negatibilidade e componibilidade – que será em seguida incorporada no predicado e usada para explicar a dualidade de funções do predicado que garante a unidade da proposição.

Mas não constituirá tudo isto um fardo demasiado pesado colocado sobre a noção metafísica e para-aristotélica do “conceito de gama superior”? Poderíamos inclusive adoptar a terminologia de Aristóteles e falar da relação entre “género próximo” e “diferença específica” de modo a catalogar e a dispor ao longo de uma hierarquia o espectro dos universais através do espaço lógico. A “diferença específica” é, de facto, o que nos permite distinguir os slots lógicos no interior de um género mais elevado, possibilitando deste modo a incompatibilidade entre os universais em relação aos particulares. A noção metafísica de “diferença específica” e o modelo Aristotélico de Definição metafísica foram questionados, por exemplo, no *Caderno Castanho* de Wittgenstein. Aí, encontramos uma explicação alternativa para a reunião dos particulares sob universais. Esta categorização já não é entendida como resultado de um *hypokemeinon* comum que serve para distribuir particulares sob universais e para distribuir universais sob universais de gamas superiores. A identidade é substituída pela ambiguidade de “ares de família” entre os fenómenos. Isto significa que a articulação do

“espaço lógico” é sobretudo um feito linguístico, e não algo de metafísico e pré-estabelecido. Estabelecemos relações entre palavras porque fomos, em larga medida, treinados para o fazer. E quando questionados sobre o motivo por que o fazemos, somos capazes de apresentar razões mas não causas “categoriais”.

4. A teoria da dependência de nexos

Se aceitarmos os argumentos de Wittgenstein, devermos procurar a causa da dualidade de funções do predicado e da unidade proposicional não na referência categorial entre os termos que especificam o particular e o conceito mas na forma como explicamos, i.e., damos razões para usar as palavras tal como as usamos. Isto significa perseguir um tipo de explicação pragmático.

Isto mesmo é o que a teoria da dependência de nexos se propõe alcançar.

A teoria relaciona a unidade da proposição com o “acto de fala” no qual ela é expressa. Tal compreende não apenas o acto de dizer algo mas também o “contexto” que rodeia a elocução. Isto permite-nos falar de um “sujeito pragmático” e de um “predicado pragmático” que não coincidem necessariamente com o sujeito e predicado gramaticais. Por vezes, eles podem mesmo “trocar de lugar” no interior da mesma frase¹⁰. Alguém diz: “O meu gato é branco.” O “sujeito pragmático” coincide com o sujeito gramatical se a elocução se seguir a uma questão tal como “De que cor é o seu gato?”. Coincidirá, no entanto, com o predicado gramatical se se seguir a uma questão como “Existe um animal branco na vizinhança?”. No primeiro caso, a “informação nova” – i.e., o predicado, i.e., o que está a ser dito de algo que já conhecemos é transportado por “branco”. No segundo caso, é transportado por “o meu gato”.

A tese principal desta teoria está em que as diferenças funcionais entre tais termos “se encontram associadas com as explicações causais diversas para a sua ocorrência na elocução típica da frase”¹¹. E uma vez que as assimetrias entre o comportamento proposicional de sujeitos e predicados visam habitualmente explicar a unidade da proposição, segue-se que tal unidade deve surgir da forma como explicamos causalmente a elocução desses dois elementos.

Ora, estas “explicações causais” deverão ser entendidas mais à maneira das causas ontológicas de Strawson ou mais à maneira das “razões” Wittgensteinianas? Ou seja, qual é o *modo* de explicação que usamos para responder à questão de saber “como é que o predicado faz uma atribuição ao objecto referido pelo sujeito?”.

Note-se que as assimetrias funcionais entre sujeito e predicado já não se encontram relacionadas com uma distinção metafísica. A assimetria é a assimetria entre as explicações respectivas para o sujeito e para o predicado. E tal assimetria consiste no facto de existir uma “variabilidade potencial num elemento predicativo em comparação com uma certa estabilidade do elemento do sujeito”¹². Se respondemos “O gato é branco” à questão “De que cor é o gato?” dizemos “O gato” porque este constitui o tópico. Não o dizemos porque acontece que o gato é branco. Mas dizemos “branco” porque acontece que essa é a cor do gato. Assim, a explicação causal do predicado está dependente da explicação causal do sujeito, mas não vice-versa. A dependência de nexos não é, portanto, simétrica. E mesmo no caso de enunciados falsos – tal como confundir, deliberadamente ou não, “branco” com “cinzento” ou “gato” com “esquilo” – continua a ser válido que a elocução do predicado tem de estar ligada causalmente à elocução do sujeito, ou arrisca-se a não ser sequer uma parte do mesmo acto de fala.

Há diferenças importantes entre este tipo de assimetria e as assimetrias propostas por Strawson. Em primeiro lugar, estamos a lidar com assimetrias entre elocuições. O

facto de estarmos a lidar com a “causa do sujeito” e a “causa do predicado” e não propriamente com o “sujeito” e o “predicado” *tout court* significa que não estamos a aludir às suas propriedades semânticas mas aos feixes de nexos que constituem o ambiente pragmático que envolve a elocução. Estamos, por assim dizer, um nível *abaixo* do metafísico, ao nível da explicação pragmática pois é a este nível que é efectuada a conexão entre a expressão do predicado e o objecto a que nos referimos.

Não queremos dizer simplesmente que o objecto *gato* active o sujeito “gato” ou que a propriedade *ser branco* active o predicado “branco”. É claro que ambas as entidades são importantes para a explicação da elocução. Mas são-no porque constituem parte do contexto de elocução, ou acto de fala. E é a este ambiente pragmático que nos referimos quando procuramos uma explicação para o sujeito e para o predicado na nossa elocução, e, no limite, pela unidade da proposição. A tese metafísica de que o particular constitui uma exemplificação do universal, e de que é esta exemplificação que se encontra reflectida na relação entre sujeito e predicado acaba por se tornar apenas um exemplo da relação em que os constituintes da dependência de nexos se podem colocar¹³. E se a causa do predicado estará inevitavelmente dependente da causa do sujeito, poderíamos acrescentar que a causa do sujeito – i.e., a introdução daquilo sobre o qual versa o enunciado – está dependente da causa de toda a proposição. Por exemplo, a questão posta pelo polícia “Sabe se existem animais brancos na vizinhança?”. Mais exactamente, a explicação causal do sujeito invoca todo o contexto de elocução do qual a dependência de nexos é um elemento, embora um elemento fundamental.

No caso de Strawson, a unidade da proposição está ligada à explicação causal da dualidade de funções do predicado na proposição. Porque especifica o universal, ele absorve a sua vantagem categorial – i.e., negatibilidade e componibilidade – e, portanto, é também capaz de assumir a responsabilidade pela ligação predicativa. No caso da

teoria de dependência de nexos, a unidade da proposição está ligada à pragmática *dualidade de funções* da causa do sujeito. Porque explica a elocução do sujeito – i.e., aquilo de que estamos a falar, o que se liga directamente a todo o contexto de elocução – também é capaz de explicar a causa de elocução do predicado.

Significativamente, se considerarmos as assimetrias de ordem semântica, a causa da unidade proposicional é de ordem categorial e encontra-se reflectida na dualidade de funções do predicado. Se considerarmos as assimetrias de ordem pragmática, a causa é da ordem do *nómico*, do normativo, i.e., garante a dependência de nexos entre as causas pragmáticas do sujeito e do predicado.

Temos então, entre ambas as posturas analíticas, uma assimetria de assimetrias. Numa, o predicado tem uma função dual: refere-se à sua causa (universal) e absorve por isso a função da conexão predicativa. O predicado é o elemento predominante. Na outra, a dualidade está na causa do sujeito: causa o sujeito e causa a causa do predicado. A causa do sujeito é o elemento predominante.

Seria possível reunir ambas as dualidades numa explicação unificada da unidade proposicional? Parece que a prioridade dada em cada teoria quer à causa do sujeito quer ao predicado é ilustrativa da dificuldade de tal tarefa. Não se trata apenas de duas apresentações de duas assimetrias diferentes mas diferentes modos de pensar o que é assimétrico.

No caso da teoria da dependência de nexos, a elocução do sujeito pressupõe um contexto específico (a questão do polícia, por exemplo) e a conexão assimétrica entre a causa do sujeito e a causa do predicado é apenas um constituinte dessa totalidade pragmática, i.e., um segmento do acto de fala. Porque o modo de explicação é pragmático, torna-se claro que a causa do sujeito tem de ter prioridade pois *impulsiona*, por assim dizer, toda a elocução, i.e., é aquilo de que estamos a falar.

No caso das assimetrias de Strawson, é o predicado que introduz ou especifica o todo proposicional de que o sujeito é apenas um ingrediente (e.g., “X é branco”). Estamos a inquirir propriedades semânticas e não ambientes pragmáticos. A vantagem ontológica dos universais em relação aos particulares é transformada na vantagem semântica da dualidade de funções do predicado.

Parece razoável concluir que, de um ponto de vista pragmático, é o predicado que depende do sujeito e que, de um ponto de vista semântico, é o sujeito que preenche o espaço vazio providenciado pelo predicado, dado o carácter mais dúctil do espaço lógico.

As duas teorias opõem-se entre si. Em termos de vantagens relativas, e porque não requer o aparato categorial da relação entre o espaço dos particulares e o espaço dos universais, a teoria da dependência de nexos torna-se metafisicamente mais económica que a tese de Strawson. Mas isto constitui, já, assunto para outros inquéritos.

Bibliografia

S. CANDLISH, “The unity of the proposition and Russell’s theories of judgment”, in *Bertrand Russell and the Origins of Analytical Philosophy*, R. Monk e A. Palmer (eds.), St. Augustine’s Press, 1996, 103-135.

P. CARRUTHERS, “On concept and object”, in *Theoria*, vol. XLIX, parte 2, Lund: Filosofiska Institutionen, 1983, 49-85.

G. FREGE, “On Concept and Object”, in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach and M. Black (eds.), Oxford: Basil Blackwell, 1960, 42-78.

G. FREGE, “On Sense and Reference”, in *Perspectives in the Philosophy of Language – A Concise Anthology*, R. Stainton (ed.), Broadview Press Ltd., 2000, 45-64.

M.GIBSON, “The unity of the sentence and the connection of causes”, in *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. LVIII, n°4, 1998.

H.P. GRICE, “Meaning”, in *Readings in the Philosophy of Language*, J. Rosenberg e C. Travis (eds.), Prentice-Hall, Inc., 1971, 436-444.

L. LINSKY, “The Unity of the Proposition”, in *Journal of the History of Philosophy*, vol. XXX, n°2 (Abril), Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992, 243-273.

G. RYLE, “The Theory of Meaning”, in *Philosophy and Ordinary Language*, C. Caton (ed.), Chicago: University of Illinois Press, 1963, 128-153.

B. RUSSELL, “Descriptions”, in *Readings in the Philosophy of Language*, J. Rosenberg e C. Travis (eds.), Prentice-Hall, Inc., 1971, 166-175.

B. RUSSELL, *Principles of Mathematics* (Capítulo IV: “Proper Names, Adjectives and Verbs”), London: Routledge, 1992.

B. RUSSELL, *Problems of Philosophy* (Capítulo XII: “Truth and Falsehood”), Nova Iorque: Galaxy Books, 1959.

P.F. STRAWSON, *Subject and Predicate in Logic and Grammar*, Oxford: Harper & Row Publishers, 1974.

P.F. STRAWSON, *Philosophical Logic*, Oxford: Oxford University Press, 1967.

J. COOK WILSON, “The Distinction of Subject and Predicate in Logic and Grammar”, in *Statement and Inference with Other Philosophical Papers*, Oxford: Clarendon Press, 1926, 114-137.

¹ Cf. M.GIBSON, “The unity of the sentence and the connection of causes”, in *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. LVIII, n°4, 1998: p.832.

² P.F. STRAWSON, *Subject and Predicate in Logic and Grammar*, Oxford: Harper & Row Publishers, 1974: 20.

³ *Negatability e compoundability*. Cf. P.F. STRAWSON, *Philosophical Logic*, Oxford: Oxford University Press, 1967, pp. 69-88, 96-115.

⁴ Strawson, 1967: 109.

⁵ Cf. Strawson, 1967, 109.

⁶ Cf. Strawson, 1974: 40.

⁷ Cf. Strawson, 1974: 30.

⁸ G. FREGE, “On Concept and Object”, P. Geach and M. Black (eds.), Oxford: Basil Blackwell, 1960.

⁹ Frege, “On Concept and Object”, p.54.

¹⁰ Gibson, 1998: 833.

¹¹ Gibson, 1998: 832.

¹² Gibson, 1998: 835.

¹³ Gibson, 1998: 838.